

Segurança Social, Saúde e Crise Social: problemas e soluções



FOTOGRAFIAS DE ANTÓNIO JOSÉ BAIÃO

O 1º Encontro Nacional dos +60 do Bloco de Esquerda teve lugar no último sábado, 20 de fevereiro, em Almada. Até aqui, tudo como previsto. A surpresa agradável vem da participação de 110 reformados e pensionistas que vieram dos distritos de Vila Real, de Braga e do Porto, de Torres Novas e Coimbra, de Leiria e Santarém, de Faro, da Madeira e dos Açores, de Lisboa e de Setúbal. A fotogaleria testemunha bem o acontecimento. Para a veres, [clica aqui](#). Contou com a presença de quatro deputados do Bloco, também com a contribuição de ex-deputadas do Bloco, de especialistas das várias temáticas em análise tendo o encerramento sido da responsabilidade da Coordenadora do Bloco. Cada participante recebeu uma pasta com documentação incluindo os resumos das apresentações previamente recebidos. Elementos do Grupo +60 asseguraram a moderação em todas as sessões.

A iniciar a **Sessão de Abertura**, a deputada **Joana Mortágua** descreveu o distrito de Setúbal, que acolhe o Encontro, como historicamente ligado aos movimentos operários e onde atualmente se regista o maior aumento de idosos pressupondo enormes desafios quer ao nível da saúde, quer da educação ao longo da vida, quer dos transportes e da mobilidade para que este grupo social não seja visto como um peso. Um distrito com o maior número ilegal de lares para idosos. Seguiu-se a intervenção do deputado **José Soeiro** sublinhando o tempo actual de esperança que interrompe o ciclo de empobrecimento, de degradação dos serviços públicos, de cortes nos apoios sociais, do assistencialismo que colocava as pessoas em situação de grande vulnerabilidade, situação que recebeu uma surpreendente resposta popular e solidária, com os mais velhos a ampararem e a apoiarem os mais novos! A terminar sublinhou a necessidade de uma grande mobilização social para a defesa da recuperação de rendimentos, para o debate sobre a sustentabilidade da Segurança Social e para a procura de respostas integradas pois as soluções implicam ir contra os constrangimentos da dívida, impostos pela EU e pelo Tratado Orçamental.



SESSÃO PLENÁRIA: AS PENSÕES DA CARREIRA CONTRIBUTIVA E AS PENSÕES SOCIAIS: CONVERGÊNCIA NO HORIZONTE?

José Luís Albuquerque, especialista em Segurança Social e primeiro orador, clarificou que a sua apresentação resultava de um amplo debate feito em vários setores e quadrantes da sociedade, recusando a leitura desta questão numa visão eminentemente financeira e defendendo que as alterações que se produzam na Segurança Social deverão ocorrer apenas quando devidamente fundamentadas, de forma gradual e, sobretudo, sem quebras de confiança. Foi uma intervenção abrangente e muito rica em informação. Defendeu o direito inalienável à informação, à participação e à auditoria por parte dos cidadãos. Referiu como as pensões são um motor de desenvolvimento económico, favorecendo o consumo e defendê-la é reduzir a pobreza em Portugal frisando que três milhões de portugueses estariam em pobreza extrema se não tivessem esta proteção. Ao dizer-se que ela é insustentável, é indispensável mencionar as várias tensões que a afectam: demográfica (envelhecimento, natalidade e emigração); emprego (qualidade de emprego e contratação coletiva); transferência de 4% do PIB do trabalho para o capital; desperdícios (desaparecimento por esclarecer de 380 milhões de euros). Este orador defendeu ainda que a parentalidade e a conciliação familiar continuarão a penalizar as mulheres se a obrigatoriedade não for extensiva aos homens na utilização do mesmo tempo. Relativamente ao plafonamento das pensões foi muito crítico porque significaria a redução de contribuições para a Segurança Social. A discussão surgiu em torno da condição de recursos relativamente ao CSI (Complemento Solidário para Idosos).

A seguir, a oradora foi **Helena Pinto**, ex-deputada do Bloco que optou por uma intervenção polémica ao lançar a pergunta sobre a forma como tratamos os +60, +70, +80, +90, estabelecendo a relação com o rendimento disponível por esta parte da população sendo que a questão transversal que se coloca é a da cidadania. Temos de abandonar o preconceito de que um idoso já não exerce a sua cidadania. É importante sabermos onde estão os idosos e os idosos pobres, como são tratados e como são respeitados. Helena Pinto foi particularmente crítica sobre os lares existentes para esta faixa mais pobre da população idosa e chamou ainda a atenção para as questões do urbanismo que não consideram os mais velhos. É tempo de introduzir uma lógica de cidades amigas dos idosos. Relativamente ao CSI defendeu a revogação da condição de recursos porque esta coloca o idoso na dependência dos filhos, o que não é justo porque faz com que não seja considerado um cidadão de pleno direito levando a que muitos não o requeiram por uma questão de dignidade.

Após as exposições seguiu-se um debate vivo sobre os temas abordados tendo os dois oradores encerrado o painel respondendo às questões colocadas.

1º PAINEL : COMO SE FINANCIA O SISTEMA PÚBLICO DE SEGURANÇA SOCIAL? QUE FUTURO PARA A TSU?

A primeira oradora foi **Mariana Aiveca**, ex-deputada pelo Bloco, para quem o desafio passará por “alargar os consensos necessários que proponham soluções e efectivem as alterações, no sentido da manutenção de um sistema público, com futuro e sustentável, mais justo e universal”. Seguiu-se **Clara Murteira**, economista e professora universitária, cuja análise sucinta e objectiva desenvolveu a ideia central de que não existe qualquer relação entre a sustentabilidade da Segurança Social e a baixa demográfica. Fez ainda um alerta para o facto de que o Estado Social não irá ter futuro dentro desta União Europeia dados os constrangimentos do Tratado Orçamental.



2º PAINEL : O QUE É O PLAFONAMENTO DAS PENSÕES? ONDE NOS LEVA?

Este painel iniciou-se com a intervenção de **Adelino Fortunato**, economista e professor universitário, que começou por descrever os três pilares de financiamento segundo o Banco Mundial: público (obrigatório, baseado no princípio da redistribuição); privado obrigatório (uma parte é redistribuída a outra vai para capitalização); privado facultativo (não imune às crises financeiras). O plafonamento é, precisamente, o desvio das contribuições dos trabalhadores para um pilar privado. Depois historiou um pouco sobre o início e desenvolvimento da Segurança Social sublinhando o facto de nenhum país, entre 2005 e 2010, ter privatizado o seu sistema de pensões. Na análise feita ficou claro que as camadas mais pobres, não tendo condições de descontar para o pilar privado, acabam por usufruir de pensões baixíssimas. Este sistema prejudica também todos os que têm longos períodos de desemprego, carreiras curtas ou mulheres desfavorecidas, atirando-os para a pobreza. Apesar destes perigos assistimos hoje ao ressurgimento do interesse pelo sistema nacional, seguindo a reforma chilena, pretende-se construir um patamar mínimo de proteção como forma de combate à pobreza.

Seguiu-se a intervenção de **Mariana Mortágua**, economista e deputada, que referiu três modelos de segurança social: repartição (de solidariedade intra e inter geracional em que o saldo positivo é amealhado no Fundo de Estabilização da Segurança Social, que equivale a 7% do PIB, uma parte é investida em Dívida Pública, ações, ativos, depósitos) com um grande risco que é a vulnerabilidade ao envelhecimento ou ao ciclo económico; capitalização (poupança), vulnerável à crise dos mercados, mas menos permeável ao envelhecimento e aos ciclos económicos; misto (impondo um limite salarial a partir do qual o trabalhador desconta para o privado, i.e., privatização). Este modelo faz com que entre muito menos dinheiro

no sistema (*funding gap*), mas é defendido com o argumento de que o trabalhador pode escolher para onde descontar. Está subjacente a ideologia de um estado que só garante os mínimos, não terá que pagar as reformas mais altas. Este sistema de plafonamento pode fazer-se de duas formas, horizontal e vertical, mas neste momento este modelo não tem condições financeiras de ser posto em prática por questões financeiras, podendo provocar um *funding gap*. Contudo os fundos de pensão estão sob pressão porque a idade dos pensionistas está a aumentar. A discussão sobre a privatização, ou não, da Segurança Social, terá de ser feita para lá da questão da sua sustentabilidade. Não podemos ficar reféns dos mercados. Para falarmos de sustentabilidade temos obrigatoriamente de falar da pressão que o desemprego, a emigração e a qualidade de emprego exercem sobre ela e que o sistema de solidariedade foi pensado na lógica de que a geração seguinte ganharia melhores salários que a anterior o que não se verifica atualmente. Apesar dos problemas, ambos os oradores afirmaram que o sistema está estável, precisando de mais e melhor emprego para ser defendido.

Após as exposições seguiu-se um debate vivo sobre os temas abordados tendo os oradores encerrado o painel respondendo às questões colocadas.

3º PAINEL : QUE SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS +60?

O primeiro orador foi **José Manuel Boavida**, endocrinologista e Director do Programa Nacional para a Diabetes, fez uma longa intervenção sobre o papel das pessoas e da sociedade na gestão da saúde chamando a atenção para o aumento das doenças crónicas e o simultâneo aumento da sobrevivência das pessoas atingidas por elas. Esta situação exige o envolvimento activo das pessoas na gestão da sua própria vida e, conseqüentemente, no acompanhamento das suas próprias doenças. A autogestão da doença crónica ou melhor, da saúde individual, é uma forma de emancipação e capacitação da própria pessoa com doença crónica, que luta pela manutenção ou melhoria da sua qualidade de vida, com reconhecidos ganhos em saúde e maior sustentabilidade dos sistemas de saúde. Trata-se não só da intervenção directa, imprescindível ao seu tratamento, como na responsabilização pelo seu estado de saúde e conseqüente reclamação dos seus direitos junto dos Sistemas de Saúde. No entanto, esta perspectiva implica transformações profundas no funcionamento dos sistemas de saúde, nos profissionais de saúde e nas próprias pessoas. Estas transformações são a verdadeira base de uma revolução na saúde. O SNS está em condições de a fazer. Para tal há que empenhar todos os nossos esforços, através da auto-organização local das pessoas, da sua integração nos Conselhos da Comunidade, da participação em associações de doentes, em fóruns de discussão com as autarquias. A reflexão crítica sobre a saúde que queremos é uma tarefa de cidadania. Seguiu-se a intervenção de **Constantino Sakellarides**, médico e professor universitário, sobre o tipo de Serviço Nacional de Saúde para os +60. A defesa do SNS passa pela sua modernização e pela sua capacidade de responder à doença crónica tendo considerado a existência de obstáculos internos e externos que impedem o melhoramento daquele. Enunciou depois os vários constrangimentos que se levantam e à necessidade existente de construir um modelo de SNS do tipo público colaborativo que se oponha ao público burocrático

e ao modelo privado. A solução passará por um maior exercício da cidadania, pela formação de novos agentes do SNS, por uma maior autonomia do doente e também pelas medicinas alternativas. Para este exercício de cidadania, referiu a acessibilidade, a função das reclamações, a relação com os municípios e autarquias, pela criação de "vias verdes" à semelhança da já existente para doenças coronárias, pela elaboração de informação inteligente.

O painel terminou com um animado debate.

Sessão de Encerramento contou com a participação da deputada Domicília Costa que fez uma resenha sobre a situação dos +60 durante os anos do governo de direita que podes ler na íntegra [clica aqui](#) e de Catarina Martins cuja intervenção, depois de uma saudação especial aos +60, consistiu essencialmente no anúncio público da nova tarifa social de energia que podes [acompanhar aqui](#).

Não é difícil de perceber que o Encontro teve muito interesse e que duas ideias centrais estiveram em todas as intervenções: os +60 merecem ser tratados com dignidade e não podem abandonar o exercício da cidadania. Os vários oradores deixaram sugestões que caberá agora aos +60 analisarem e formalizarem em propostas concretas. É o que faremos!



Contactos:

Bloco de Esquerda
Rua da Palma, 1100-394 Lisboa, ou
bloco.esquerda@bloco.org.

próxima reunião

não
esqueças:

TERÇA 1 MARÇO, 14H30 | PALMEIRAS